

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Fundação Norberto Odebrecht
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Norberto Odebrecht ("Entidade"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Norberto Odebrecht em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e ainda em observação aos preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 11 de março de 2022.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	5	980	1.005	Fornecedores		52	1
Contas a receber		-	1	Impostos, taxas e contribuições		153	336
Empréstimos concedidos		52	-	Salários, encargos e contribuições sociais	6	377	408
Adiantamento a terceiros		31	9	Outros passivos		12	10
Outros ativos		131	128			594	755
Despesas antecipadas		31	-				
		<u>1.225</u>	<u>1.143</u>	Patrimônio líquido			
Não circulante				Patrimônio social		631	61
Imobilizado		242	228	Superávit / (Déficit) do exercício		293	570
Intangível		51	15			<u>924</u>	<u>631</u>
		<u>293</u>	<u>243</u>				
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.518</u>	<u>1.386</u>
Total do ativo		<u>1.518</u>	<u>1.386</u>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	7	8.487	6.092
Doações à projetos sociais	8	(20)	(50)
Deduções da receita bruta		(11)	-
		<u>8.456</u>	<u>6.042</u>
Despesas gerais e administrativas	9	(8.218)	(6.008)
Provisões para contingências		-	133
Recuperação de despesas		3	1
Outras receitas		3	424
		<u>(8.212)</u>	<u>(5.450)</u>
Resultado operacional		<u>244</u>	<u>592</u>
Despesas financeiras		-	(37)
Receitas financeiras		49	15
Resultado financeiro, líquido		<u>49</u>	<u>(22)</u>
Superávit do exercício		<u><u>293</u></u>	<u><u>570</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	293	570
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>293</u>	<u>570</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	442	(381)	61
Absorção do déficit pelo patrimônio social	(381)	381	-
Superávit do exercício	-	570	570
Saldos em 31 de dezembro de 2020	61	570	631
Absorção do superávit pelo patrimônio social	570	(570)	-
Superávit do exercício	-	293	293
Saldos em 31 de dezembro de 2021	631	293	924

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	293	570
Ajustes para reconciliar o superávit/(déficit) do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	25	35
Provisão para contingências	-	(133)
Resultado na baixa de imobilizado	1	-
	<u>319</u>	<u>472</u>
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamento a terceiros	(22)	17
Empréstimos concedidos	(52)	23
Outros ativos	(34)	(23)
Fornecedores	51	(18)
Salários, encargos e contribuições sociais	(183)	176
Impostos, taxas e contribuições	(31)	101
Outros passivos	2	(344)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>50</u>	<u>404</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	(75)	(53)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(25)</u>	<u>351</u>
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(25)</u>	<u>351</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.005	654
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	980	1.005
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(25)</u>	<u>351</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Fundação Norberto Odebrecht ("FNO"), nova denominação da Fundação Odebrecht desde 2021, é uma instituição privada, sem fins lucrativos, mantida pela Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial ("Novonor"), nova denominação da Odebrecht S.A., idealizada e fundada por Norberto Odebrecht em 1965. Ao longo de seus 56 anos de existência, atuou de diferentes formas, sempre tendo como cerne o desenvolvimento do ser humano, contribuindo para o combate à pobreza e à desigualdade visando construir uma sociedade mais responsável, harmônica, solidária e com igualdade de oportunidades para todos.

Tem como inspiração uma filosofia de vida pautada na Educação e no Trabalho, a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), e, por acreditar no potencial das pessoas e capacidade de se autodesenvolverem, definiu como missão institucional Educar para Vida, pelo Trabalho, para Valores e Superação de Limites, escolhendo o jovem como principal agente de transformação do contexto em que está inserido, juntamente com sua família.

Contribui para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável por meio do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), com ações em seis frentes integradas que visam o combate à pobreza e à desigualdade: educação para o desenvolvimento sustentável; conservação ambiental; desenvolvimento econômico; inovação e tecnologia; cidadania e governança; e coesão e mobilização social.

Essas frentes refletem uma atuação em ESG (Environmental, Social and Governance): na dimensão ambiental, ao incentivar o equilíbrio entre a produção agrícola e a conservação ambiental. No Social, ao promover a inclusão social produtiva por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e pela geração de oportunidades de trabalho e renda voltadas à produção agrícola no campo. Já no pilar da Governança, ao garantir uma gestão social comprometida com todas as partes interessadas por meio de ações baseadas nos pilares da responsabilidade, ética, integridade, transparência, equidade e prestação de contas.

Com o PDCIS, a Fundação une forças no combate à pobreza e à desigualdade mobilizando poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Essa governança participativa é fortalecida pelo trabalho em parceria com organizações da sociedade civil dos locais onde atua. Juntos, assumem um compromisso para que jovens e suas famílias possam viver no campo em harmonia com o meio ambiente.

O território escolhido para que o PDCIS fosse primeiramente implementado é uma região de vulnerabilidades do Estado da Bahia: o Baixo Sul. Nesse território predomina o bioma Mata Atlântica, rico em biodiversidade e recursos naturais, com importantes remanescentes florestais. O regime pluviométrico é regular, clima propício e forte vocação agrícola para a produção de cultivos diversos.

Esse cenário de potencialidades e riqueza de recursos naturais contrasta como baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e preocupações ambientais.

Atualmente fazem parte do PDCIS as seguintes instituições: Casa Familiar Rural de Presidente Tancredo Neves, Casa Familiar Agroflorestal de Nilo Peçanha, Casa Familiar Rural de Igrapiúna, Organização de Conservação da Terra e Cooperativa de Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves. Ao longo do tempo, outras Instituições também integraram o Programa.

A relação da Fundação com tais entidades está amparada legalmente por um Acordo de Parceria e Cooperação Técnica e Financeira denominado Pacto de Governança, pautado na atuação ética, íntegra e transparente, na aplicação dos Princípios, Conceitos e Critérios da TEO e que estabelece compromissos de lado a lado, destacando-se:

Fundação Norberto Odebrecht

- Transferir tecnologia e apoiar na mobilização de recursos junto às OSCs;
- Garantir aos Investidores Sociais que as instituições apoiadas no âmbito do PDCIS estejam alinhadas com as melhores práticas de Governança e Conformidade, com eficiência e eficácia em prestação de contas, processos e controles internos, comunicação adequada, responsabilidade e equidade;
- Apresentar à sociedade civil, aos investidores sociais e demais partes interessadas os resultados do PDCIS.

Instituições apoiadas (executoras do PDCIS):

- Implementar ações de interesse comum;
- Promover a educação para o desenvolvimento econômico e sustentável;
- Realizar ações que visem a redução das desigualdades sociais e a inclusão social;
- Implementar ações, inclusive educativas, para a conservação do meio ambiente;
- Estimular a organização e a mobilização social e institucional em torno do PDCIS;
- Assegurar o fluxo e refluxo dos resultados, por meio de relatórios de prestação de contas, observando as metas pactuadas nos Programas de Ação (PA).

Em 2018, a Fundação realizou, de forma inédita, a Avaliação de Impactos do seu Programa Social (PDCIS). Conduzido por uma consultoria especializada, a JS/Brasil, o trabalho comprovou, com segurança estatística, que o programa idealizado em 2003 e coordenado pela Fundação na região do Baixo Sul da Bahia gera transformações efetivas para jovens agricultores apoiados e suas famílias.

De acordo com a avaliação, que tratou dos impactos econômicos, sociais e ambientais do Programa, os agricultores beneficiados reduziram em 65% a dependência de programas de assistência social, como o Bolsa-Família, e tiveram um aumento médio de R\$ 25 mil na sua renda anual, podendo chegar até R\$ 40 mil para os cooperados. Ainda segundo o levantamento realizado, os jovens apoiados estão 113% mais preparados para enfrentar o mercado de trabalho e a taxa de desocupação entre eles é menor quando comparada à média baiana da época: 9,7% contra 17,9%. A avaliação realizada utilizou a metodologia de Caso-Controle, onde dois grupos foram comparados: o Caso, formado por beneficiários do PDCIS, e o Controle, constituído por não beneficiários, mas com características semelhantes ao outro grupo. No total, foram visitadas 190 propriedades rurais e realizadas mais de 300 entrevistas.

A expressão desses resultados revelou a possibilidade e a oportunidade de tornar o PDCIS um modelo replicável em módulos passíveis de serem adaptados a distintas realidades, contribuindo na orientação de políticas públicas e ser expandido para outros contextos e realidades, ampliando o alcance e os benefícios a mais pessoas em outras regiões.

Há 19 anos em execução no Baixo Sul da Bahia, o PDCIS acumulou uma série de aprendizados coletivos que foram desenvolvidos pela Fundação Norberto Odebrecht, pelas instituições parceiras e pelas comunidades beneficiadas. Esses aprendizados foram sistematizados na publicação "Como Implementar o PDCIS", lançado em 2020, que trouxe os pilares conceituais do modelo e consolidou as 28 práticas que compõem o programa: soluções que podem ser replicadas pela FNO para atender demandantes que desejem promover impacto social em suas regiões de influência, e assim fortalecer uma atuação focada em ESG, tendo como base um programa social de impactos comprovados.

Os recursos financeiros para manutenção da Fundação advêm de doações, em especial de sua Mantenedora, a Novonor, e de empresas por ela controladas ou coligadas, e também da FRVJ Patrimonial Ltda ("FRVJ Patrimonial"), empresa controlada da Kieppe Participações e Administração Ltda. - Em Recuperação Judicial, controladora indireta da Novonor, nos direitos autorais e comercialização de livros, sendo que todos esses recursos são aplicados na consecução de seus objetivos sociais, na prestação de consultoria técnica visando a replicação dos conceitos e práticas de seu programa social, bem como na promoção ou coordenação de projetos de captação de recursos técnicos e ou financeiros, destinados ao cumprimento de sua finalidade básica.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

A Fundação se caracteriza como uma Organização da Sociedade Civil, de natureza privada e sem fins lucrativos, regida pelo Código Civil e pelas Leis nºs 13.019/2014 e 9.249/95, dentre outras normas esparsas, não distribuindo aos seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros quaisquer sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

Em ocorrendo o encerramento de suas atividades, por meio de proposta do Conselho de Curadores e aprovação do Ministério Público Estadual, o patrimônio constituído será transferido integralmente ao patrimônio de Instituições de fins beneficentes, com objetivo social e natureza jurídica idênticas ou semelhantes ao da Fundação, desde que devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou a entidade pública no estado da Bahia.

A Fundação, pela sua natureza jurídica e atendimento aos requisitos legais, faz jus à imunidade fiscal sobre a tributação relacionada às receitas do exercício, relativas ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS).

No que tange à contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, estão fora do campo de incidência da mencionada contribuição todas as receitas auferidas por fundações e associações civis isentas do imposto de renda, quer sejam relativas ou não às suas atividades próprias. A contribuição ao PIS da Fundação é determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1%.

Apesar das isenções fiscais a Fundação está obrigada a atender às obrigações tributárias que lhe são imputadas, em que pese sua natureza jurídica, inclusive as obrigações acessórias, as quais vêm sendo observadas ao longo dos exercícios fiscais.

Recuperação judicial da Novonor

Em 17 de junho de 2019, a Novonor, mantenedora da Fundação, ajuizou pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Desde então, a Novonor e algumas controladas em recuperação continuam mantendo normalmente suas atividades, focadas no objetivo comum de assegurar estabilidade financeira e soerguimento do Grupo, preservando assim sua função social de garantir e gerar postos de trabalho, disseminar conhecimento tecnológico e criar valor sustentável no interesse da sociedade e demais partes interessadas.

A Fundação permanece firme na continuidade de suas atividades e ações socioambiental, contando com investimentos das empresas operacionais do Grupo Novonor fora do perímetro da recuperação judicial e dos demais investidores sociais externos ao grupo que permanecem apoiando as ações promovidas pela Fundação e Instituições parceiras.

Covid-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o Coronavírus (Covid-19) como uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos gerando impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Nesse sentido, diversas medidas foram tomadas pela Administração para conter os impactos da pandemia da Covid-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da Entidade, assim como pelas instituições parceiras na realização do PDCIS. Medidas que sempre seguiram as orientações dos órgãos de saúde quanto ao distanciamento, uso de máscaras e álcool em gel e intensificação dos procedimentos de higienização dos ambientes.

Diante do avanço da imunização e da diminuição dos casos da doença, a FNO saiu do regime home office/híbrido de trabalho, adotado desde o início da pandemia, para o presencial, com o retorno gradual dos integrantes ao escritório desde 2021. Atualmente, todos os integrantes estão trabalhando presencialmente, seguindo os protocolos sanitários, a exemplo do uso obrigatório de máscara e respeito ao distanciamento social.

No âmbito do PDCIS, o ensino das Casas Familiares, que foi inicialmente adaptado para a realidade 100% on-line, retomou em formato híbrido em outubro de 2021, unindo as modalidades presencial e remota. Atualmente, a semana presencial nas escolas já foi retomada, com a obrigatoriedade do uso de máscaras e medidas de proteção. Já a etapa de aprendizado que acontece na casa do jovem, como as visitas de monitores para acompanhamento, continua sendo realizada com o distanciamento social, o uso de máscaras e outros protocolos estabelecidos pelas autoridades locais.

Na OCT, o atendimento presencial aos produtores rurais beneficiados foi retomado, com todos os cuidados necessários, e foi iniciado o uso do aplicativo ManejeChat, que conecta agricultores e consultores técnicos agrícolas em uma plataforma digital. O uso da plataforma foi intensificado e vem sendo uma importante ferramenta para a Organização.

Já na Coopatan, por ser um serviço essencial, segue normalmente com suas atividades de beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar, com atenção redobrada às medidas de higienização, garantindo, assim, o abastecimento a redes varejistas e, conseqüentemente, aos cidadãos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Fundação em 11 de março de 2022.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como as disposições contidas na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros", revogando normas anteriores.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

A Fundação possui ativo financeiro representado pelo caixa e equivalentes de caixa e empréstimos concedidos.

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Fundação se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Fundação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros são inicialmente, reconhecidos, pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.3.3. Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Fundação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Fundação usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Fundação, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4. Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada.

Os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do ativo imobilizado.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Equipamentos de informática: três - cinco anos;
- Móveis e utensílios: oito - dez anos;
- Outros: sete - dez anos.

Os ganhos e as perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5. Outros ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.7. Outros passivos

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.8. Impostos, taxas e obrigações

A Fundação por ser uma instituição sem fins lucrativos possui imunidade fiscal. Dessa forma não incidem sobre as suas operações quaisquer impostos, dentre os quais PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social. O valor a recolher refere-se, basicamente, às retenções sobre a folha de pagamento, além do FGTS e INSS patronal.

2.9. Patrimônio líquido

É representado pelas doações iniciais, acrescidas do superávit ou déficit acumulado durante os exercícios.

2.10. Apuração do superávit (déficit)

As receitas da Fundação compreendem, principalmente, as doações oriundas de sua Mantenedora, a Novonor S.A. e de empresas por ela controladas ou coligadas, e, também da FRVJ Patrimonial Ltda. ("FRVJ Patrimonial"), empresa controlada da Kieppe Participações e Administração Ltda - Em recuperação Judicial, controladora indireta da Novonor. Tais registros atendem às disposições estabelecidas pelo CPC 47, pronunciamento que regulamenta o reconhecimento de receita. O superávit ou déficit é apurado pelo regime de competência.

As receitas de doações recebidas para aplicação em programas são reconhecidas em montante equivalente às despesas incorridas em cada exercício na execução desses programas.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

3. Gestão de risco financeiro

A Fundação não operou com instrumentos financeiros derivativos especulativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Fundação não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela Área Financeira da Fundação.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	980	1.005
Adiantamentos a terceiros	31	9
Empréstimos concedidos	52	-
	<u>1.063</u>	<u>1.014</u>
Custo amortizado		
Passivos		
Fornecedores	52	1
Outros passivos	12	10
	<u>64</u>	<u>11</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e Bancos	-	2
Aplicações financeiras	980	1.003
Total	<u>980</u>	<u>1.005</u>

Os depósitos bancários de curto prazo referem-se a aplicações financeiras em CDB e Fundos, pós-fixados, cuja remuneração média varia entre 83,0% e 100,0% do CDI, respectivamente, com liquidez imediata.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

6. Salários, encargos e contribuições sociais

	2021	2020
Provisão de férias	276	296
INSS sobre férias	67	75
FGTS sobre férias	21	24
Outros	13	13
Total	<u>377</u>	<u>408</u>

7. Receita líquida

	2021	2020
Doações recebidas (a)	8.230	6.085
Direitos autorais	38	7
Assistência social	219	-
Total	<u>8.487</u>	<u>6.092</u>

(a) Refere-se a doações advindas de empresas do Grupo Novonor e da FRVJ Patrimonial, esta última a partir de 2020.

8. Doações à projetos sociais

	2021	2020
OCT	(13)	(50)
CFR-PTN	(7)	-
Total	<u>(20)</u>	<u>(50)</u>

A doação em 2020 foi realizada para fazer face à acordo judicial de processo trabalhista movido contra a OCT e a Fundação Odebrecht. A quitação desse acordo resultou em reversão de contingência trabalhista.

Já a doação em 2021 foi para apoio a região do baixo sul da Bahia em decorrência do limite de chuvas acima do esperado que acometeu diversas comunidades no mês de dezembro.

9. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Salários e ordenados	(6.253)	(4.556)
Serviço de terceiros	(1.446)	(1.026)
Viagens e estadias	(72)	(43)
Depreciação e amortização	(25)	(35)
Outros	(440)	(348)
Total	<u>(8.218)</u>	<u>(6.008)</u>

10. Resultado de participações societárias

A Fundação possui participação de 1,566% na ODBINV S.A. - Em Recuperação Judicial ("ODBINV"), empresa controladora integral da Novonor. Este investimento na ODBINV estava registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial até o limite do saldo do investimento.

Considerando que em 31 de dezembro de 2016, a ODBINV apresentou um patrimônio líquido negativo ("Passivo a descoberto"), foi efetuada nesta mesma data pela Fundação a baixa do saldo dos investimentos (provisão para perda com participação societária).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2010, a ODBINV continuava com o patrimônio líquido negativo ("Passivo a descoberto").

11. Contingências

A Fundação não possui contingências com probabilidade de perda provável, conforme entendimento de seus advogados externos. Portanto, nenhuma provisão para contingência foi constituída.